2.^a Sessão Legislativa da 4.^a Legislatura
Ata da 97.^a Sessão Ordinária (Convocação Extraordi-
nária), em 10 de outubro de 1960

Presidência do sr. deputado Aníbal Curi, secretariada pelos srs. João Mansur e Agostinho Rodrigues.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Guataçara Borba Carneiro, Paulo Camargo, Aníbal Curi, Nicanor de Vasconcellos, Machado de Lima, Agostinho Rodrigues, Antonio Annibelli, Antonio Ruppel, Amaury Silva, Cândido Machado de Oliveira Neto, Elias Nacle, Ernesto Moro, Thadeo Sobocinski, José Vaz de Carvalho, João Mansur, Raphael Kulinski, Luiz Alberto Dalcanalle, Mário Faraco, Néo Martins, Miguel Dinizo, Nilson Ribas, Ruy Gândara, Renato Bueno, Silvino Lopes, Vargas de Oliveira, Vidal Vanhoni e Waldemar Daros (27); achando-se ausentes, os seguintes srs. deputados: Pedro Liberti, Zaquê de Melo, Amadeu Puppi, Nivaldo Gomes, Emílio Carazzai, Dino Veiga, Haroldo Leon Pérez, Joaquim Néia, Lincoln da Cunha Pereira, Jorge Maia, Jorge Nassar, José Hoffmann, João Simões, Libânio Cardoso, Mário de Barros, Alvaro Dirceo Vianna, Sady de Brito e Waldemiro Haneiko (18).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O,

passando o sr. 2º Secretário à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

— do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando a inserção na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento ontem, nesta Capital, da ilustre dama paranaense Dna. Maria Luiza Simas Moreira, esposa do Prof. Júlio Estrela Moreira.

— do sr. deputado João Mansur, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n 426-60.

....Requerimento

SENHOR PRESIDENTE:

O Deputado que êste subscreve, na forma do Regimento Interno, requer à Mesa sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

1º) — Se o Governo do Estado, através órgão competente (Secretaria de Agricultura) tomou conhecimento de possível introdução de gado Indiana pelo ôrtô de Paranaguá?

2º) — Caso positivo, os técnicos dessa Secretaria opinaram a respeito das vantagens e descantagens?

3º) — Se tal fato não contraria a legislação vigente?

4) — Se o Governador do Estado interferiu neste assunto, conforme vem afirmando os jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, no sentido de conseguir tal licença?

5º) — Se o Governo do Estado tomou conhecimento do Parecer dos técnicos do Ministério da Agricultura?

6º) — Se têm procedência as afirmações da imprensa de que os técnicos do Ministério da Agricultura opinaram contrariamente e, apesar disso, devido à interferência do Governo do Estado, o Ministro da Agricultura autorizou a introdução de tal rebanho no Paraná.

7º) — Se tem fundamento as afirmativas de que êsse rebanho pode trazer ao País e a própria América do Sul a peste bovina e um vírus de aftosa, atualmente inexistente em nosso País?

8º) — Se essa prática não constitue contrabando?

9º) — A quem pertence o rebanho de gado Indiano?

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1960.

(a) Nilson Ribas.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado o município de Tapejara, desmembrado dos municípios do Cruzeiro do Oeste e Tuneiras do Oeste, com sede nas localidades germinadas de Tapejara e São Vicente, que passarão a denominar-se Tapejara e divisas seguintes:

1) — Com o município de **Cidade Gaucha:**

Começa na fóz do Ribeirão Tucuruvi, no ribeirão Tapiracuí, sobe por êste até a fóz da Agua do Macaco;

2) — Com o município de **Rondon:**

Começa no ribeirão Tapiracuí, na fóz da Agua do Macaco, sobe por este até a sua cabeceira de onde em reta, por uma linha sêca alcança a cabeceira do Córrego Vasco, o qual desce até a sua fóz no rio dos Indios;

3) — Com o município de **Cianorte:**

Começa na fóz do córrego Vasco, no rio dos Indios, sobe por êste até a foz do ribeirão São Vicente;

4) — Com o município de **Tuneiras do Oeste:**

Começa no ribeirão dos Indios, na foz do ribeirão São Vicente, sobe por êste a sua cabeceira, de onde em reta por uma linha sêca alcança a cabeceira do rio da Areia.

5) — Com o município de **Cruzeiro do Oeste:**

Começa na cabeceira do rio da Areia, daí em reta, por uma linha sêca à cabeceira do ribeirão Tapiracuí, o qual desce até a fóz do ribeirão Tucuruvi.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 20 de setembro de 1.960.

Anibal Khury — Deputado.

JUSTIFICATIVA: — Será feita em plenário.

Projeto de Lei n

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado o Quadro de Pessoal do Serviço da Campanha Seu Talão Vale Um Milhão, da Secretaria da Fazenda, com a estrutura seguinte:

CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EFETIVO

1 (um) Diretor, padrão "Y";

1 (um) Sub-Diretor, padrão "X";

5 (cinco) Assistentes, padrão "R";

4 (quatro) Assistentes Auxiliares, padrão "Q";

1 (um) Servente, padrão "M".

Parágrafo único — O provimento dos cargos criados neste artigo, far-

se-á com o aproveitamento dos atuais funcionários que estejam desempenhando funções no referido Serviço.

Art. 2º — A despesa com a execução da presente Lei, correrá pela verba própria da Secretaria da Fazenda, consignada no Orçamento do Estado.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 1.960.

(a) **Anibal Khury**

Projeto de Lei n

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criada uma Exatoria de 4a classe no distrito de São João do Ivaí, município de Ivaiporã.

Art. 2º — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento do Estado.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1960.

(a) **Antonio Ruppel**

JUSTIFICAÇÃO: — O Distrito de São João do Ivaí, município de Ivaiporã, é um dos mais progressistas do Estado, mercê do seu grande desenvolvimento.

Esse distrito rescente-se de uma Exatoria Estadual para o atendimento de sua população que a par da comodidade alcançada muito contribuirá para o perfeito funcionamento da máquina arrecadadora do Estado.

Projeto de Lei n

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar as obras do Colégio Católico de Jardim Alegre, no município de Ivaiporã.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a disposição em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1960.

(a) **Antonio Ferreira Ruppel**

JUSTIFICAÇÃO: — Jardim Alegre, promissor distrito do Município de Ivaiporã, onde se localizam as melhores lavouras do café e cereais, necessita de um estabelecimento de ensino, pois nem casa escolar possui em virtude da paralização de uma de madeira por parte da SVOP, estando as crianças assistindo aula num barracão sujeito a chuva, poeira, ruidos e condições que dificultam o aprendizado.

Louvando a iniciativa do Vigário local em construir um Colégio de material em terreno semi-doadado, é plausível e justificável o auxílio que ora se concede.

Projeto de Lei n

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, à Secretaria de Viação e Obras Públicas, Departamento de Edificações, um crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil cruzeiros), destinado à construção de um Grupo Escolar com seis (6) salas, na sede do Distrito de São João do Ivaí, município de Ivaiporã.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1960.

(a) **Antonio Ferreira Ruppel**

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1960.

JUSTIFICAÇÃO: — A difusão de Escolas para dar combate ao analfabetismo é uma das funções primordiais do Estado, afim de que as gerações futuras possam ser uteis à Nação e ao Estado.

São João do Ivaí está a exigir a construção de um Grupo Escolar para que a tão almejada meta da educação seja alcançada também naquela região. Daí o presente Projeto de lei que oferecemos à consideração de nossos nobres pares.

Projeto de Lei n

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Faculdade de Ciências Económicas do Paraná, com sede nesta Capital, imóvel de sua propriedade, e que possa ser utilizado para instalação dos seus Cursos.

Art. 2º — A Faculdade donatária se obriga em ocupar o referido imóvel para os fins específicos da instrução superior de Ciências Económicas.

Art. 3º — A Faculdade donatária concederá anualmente, 15 (quinze) bolsas de estudo para acadêmicos desprovidos de recursos, a serem indicados pelo Estado do Paraná, doador, através de sua Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 4º — Quando, por qualquer circunstância, ocorrer a dissolução da entidade donatária, o imóvel objeto desta doação reverterá ao patrimônio do Estado doador.

Art. 5º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1960.

(a) Néo Martins.

JUSTIFICAÇÃO: — A Faculdade de Ciências Económicas do Paraná, fundada em 1937 e atualmente com 460 alunos matriculados, ainda, não possui sede própria. Desde a sua fundação já formou quase um milhar de economistas, os quais emprestam a sua atividade nos setores privado e público. A Faculdade é pessoa de direito civil, conforme se comprovará pela existência de seus Estatutos, devidamente registrados no 1º Cartório de Títulos e Documentos desta Capital, sob nº 15695, do Livro B13, de 22 de maio de 1958.

Na carta constitutiva da referida instituição, constata-se não possuir ela finalidade comercial ou intuito de lucro. Ademais, o seu corpo docente é constituído por expressivos valores do nosso meio cultural.

O presente Projeto de Lei constitui, assim, uma demonstração de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados por essa Faculdade pioneira do ensino superior de economia em nosso Estado.

Outrossim, comprovado que a instituição donatária não é propriedade de nenhuma pessoa física ou jurídica, devendo o imóvel reverter ao Estado na hipótese de dissolução da mesma entidade, fica perfeitamente assegurada a destinação social desta Lei.

Finalmente, o Estado assegurará bolsas de estudos para jovens desprovidos de recursos.

A aprovação desta Lei, pela Assembléa, representa o reconhecimento e o amparo à cultura, imperativo constitucional e apanágio da democracia

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam criadas as seguintes comarcas de 2.ª entrância:

Art. 1.º — Colorado, compreendendo os distritos judiciários de:

- a) — Colorado
- b) — Lobato
- c) — Itaguagé
- d) — N. S. das Graças

2.º — Lupionópolis, compreendendo os distritos judiciários de:

- a) — Lupionópolis
- b) — Centenário do Sul
- c) — Cafeára

3.º — Mandaguaçu, compreendendo os distritos judiciários de:

- a) — Mandaguaçu
- b) — São Jorge
- c) — Ourizona
- d) — Aquidabã

4.º — Nova Londrina, compreendendo os distritos judiciários de:

- a) — Nova Londrina
- b) — Terra Rica
- c) — Maristela

Art. 2.º — Nas comarcas de Colorado, Lupionópolis, Mandaguaçu e Nova Londrina, ficam criados os serviços de Justiça previstos no artigo 159, números II e III, da Lei n.º 315, de 19 de dezembro de 1949.

Art. 3.º — Ficam criados no quadro da Magistratura, quatro cargos de Juiz de Direito de 2.ª entrância e no quadro do Ministério Público, quatro cargos de Promotor Público de 2.ª entrância.

Art. 4.º — Ficam criados nos quadros respectivos do serviço público, os seguintes cargos:

- I — quatro de Juiz de Direito de 2.ª entrância;
- II — quatro de Promotor Público de 2.ª entrância;
- IV — quatro de Escrivão do Crime, Padrão K;
- V — oito de Oficial de Justiça, Padrão F;
- VI — quatro de Servente, Padrão I.

Art. 5.º — As despesas com a execução desta lei correrão à conta das verbas próprias do orçamento.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de Setembro de 1960.

Mário Faraco

JUSTIFICATIVA: — Trata-se de municípios de grande área demográfica e densa população, encravados em comarcas cujas sedes estão muito distanciadas dos atuais distritos.

Além disso, o desenvolvimento da região, das mais ricas do Estado e o vertiginoso progresso que apresentam, estão a exigir para melhor atendimento da população, maiores facilidades nos serviços forenses, sendo impossível aos juizes das atuais comarcas, pelo avanço vertiginoso do serviço, atender, com a presteza exigida pela lei aos reclamos das partes, na solução das questões judiciais.

Por outro lado, a riqueza da região e a conseqüente elevação do nível econômico da sua população, contribuem para a ampliação dos negócios, a exigir uma assistência mais próxima e sempre presente, do Poder Judiciário.

Estas, sem dúvida, são razões genericas, mas imperiosas, que aconselham o Poder Público a ir ao encontro dos anseios da valorosa população dessa região, a fim de que o seu desenvolvimento não encontre tropeços à sua plena realização.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica criado um (1) cargo da Classe "X", na Carreira de Oficial Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado.

Parágrafo único — Fica extinto um (1) cargo da Classe "T", constante da Carreira e do Quadro referidos neste artigo.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Resolução correrá à conta da Verba 001, consignação 8-00-00, do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1960.

(aa) Guataçara Borba Carneiro - Presidente — Anibal Curi - 1.º Secretário — Nicanor de Vasconcelos - 2.º Secretário.

JUSTIFICAÇÃO — Com a unificação das carreiras do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia, foi dada à Carreira de Oficial Administrativo grande amplitude, a ponto de estarem nela integrados mais de 60% dos funcionários dêste Poder. Tal fato tem tornado difícil a seus integrantes o acesso, através de promoção, a classes mais elevadas.

Dai o objetivo do presente Projeto de Resolução: extinguir um Cargo da Classe "T", que está provido interinamente em razão do afastamento do seu titular e possibilitar, com a criação de um Cargo da Classe "X", aos Oficiais Administrativos mais fácil acesso às classes superiores.

O projeto, além de procurar uma solução razoável para possibilitar novas promoções, a que os funcionários têm direito por disposição expressa de lei, não importa em grandes despesas. Com efeito, a despesa com a alteração proposta é da ordem de Cr\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos cruzeiros), mensais, quantia infima face aos reais benefícios que trará no futuro.

Essa a razão porque entregamos ao estudo e consideração Senhores Deputados o presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Vargas de Oliveira.

O SR. VARGAS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados. Venho a esta tribuna para congratular-me com o povo do Paraná, pelo resultado das eleições de 3 de outubro, pela vitória de Jânio Quadros e Ney Braga. Já afirmamos em outra ocasião que o povo do Paraná e do Brasil escolheu seus candidatos e apresentou aos partidos que vêm lutando desde 1945, primeiro pela democratização do país e depois pela moralização dos costumes políticos e administrativos do país e do Estado. E o povo cansado dos maus governos e dos partidos, que nunca ouviram o povo, não auscultaram a opinião do povo para lançar seus candidatos, sentiram que somente poderiam ganhar as eleições e dar a vitória a êsse mesmo povo, se homologassem nas suas convenções os candidatos que o povo apontava. E sabemos nós, e temos certeza, que Jânio Quadros irá fazer um governo no país, um governo humano e cristão, um governo de técnicos, de realizações. Ele afirmou mesmo, que irá buscar os homens de sua equipe para governar, estejam êles onde estiverem. Não irá governar com partidos, porque não tem compromissos com partidos. E, desta forma, Jânio Quadros poderá de fato governar o país, para felicidade dêste povo e para a grandeza dêste país, tão rico e tão mal governador até agora.

Aqui no Paraná, nós também sentimos o mesmo fenômeno. Ney Braga, como Prefeito de Curitiba, deu uma demonstração de ser um homem experimentado, um administrador humano e cristão. E por êsse mesmo motivo, o povo do Paraná também o escolheu, e alguns partidos cerraram fileiras com o povo para dar ao mesmo povo essa vitória. E nós também ficamos satisfeitos porque em diversos comícios que assistimos, de Ney Braga, em suas pregações dizia êle que iria fazer um governo humano e cristão, iria fazer um governo com a vassoura na mão direita e com a lei na mão esquerda, e, para os pobres e injustiçados iria governar com o coração.

Agora, na sua mensagem ao povo de Curitiba, êle já demonstrou tôdas essas qualidades, que êle afirmou em tôdas as suas pregações. Porque êle disse que recebia a vitória das urnas com humildade e os homens cristãos e democratas são aquêles que recebem com humildade cargos elevados, porque os ditadores, os prepotentes, recebem com ufania, recebem os cargos e se vangloriam do poder e abusam depois dêsse mesmo Poder. Nós confiamos e temos certeza de que Ney Braga será no governo do Paraná, como Jânio

Quadros também será no Governo da República, homem que se igualará aquêle num mesmo sistema; nesse sistema de moralizar a máquina do governo. De limpar, de fazer a limpeza, de evitar os maus funcionários, relapsos e aquêles que permitem a sonegação de impostos, prejudicando os interesses do Estado e da Nação.

Nós estamos confiante e temos fé em Deus e daqui em diante teremos novas horas na nossa vida republicana. Teremos horas de moralidade, de tranquilidade, de realizações.

Meus caros colegas e sr. Presidente, com estas eleições o povo demonstrou e terminou mesmo com o império dos governantes que se locupletam com os cargos públicos, que beneficiam seus amigos, seus parentes, seus apaniguados, que mandam os seus jagunços tomar terras de posseiros e matá-los, inclusive a seus familiares. Terminou o império das negociatas, da imoralidade, da exploração do jôgo em beneficio do próprio governo e de seus apaniguados. Terminou o empreguismo que o governo faz em vésperas de eleições para eleger o seu candidato. Terminou tudo que atentava contra a nossa democracia e que prejudica os interesses do Estado e do povo. Nós estamos satisfeitos. Terminou também, sr. Presidente, o império dos comerciantes desonestos, dos sonegadores de impostos, dos assambarcadores, dos tubarões enfim, de todos êsses que, com os maus governantes, contribuem para o enfraquecimento do nosso regime, que desmoralizam o Estado e a Nação e davam oportunidade para que elementos sem credenciais, para que homens sem espirito público, atingissem o mandato e aos governos, para depois se beneficiarem, para depois protegerem os apaniguados que os cercavam. E dessa maneira, como disse, o regime no nosso Estado e no nosso país, cada vez mais enfraquecido, cada vez mais desmoralizado, uma inflação violenta, um custo de vida tão elevado que o povo não pode mais suportar e s tóeve uma maneira. Êste povo brasileiro, extraordinário, trabalhador, encontrou na maior arma da democracia que é o voto, a maneira de derrotar essa gente, de dar a essa gente aquilo que êles realmente mereciam.

Estamos certos, sr. Presidente, srs. Deputados, que agora o povo brasileiro, sem côr partidária, irá ajudar êste Governo ora eleito para que se possa salvar o Paraná e o Brasil, para que se possa dar a todos uma vida digna de ser vivida e para que se possa ver a felicidade em todos os rostos. Porém, para que consigamos isso haverá necessidade de certos sacrifícios, será necessário que todos se unam com a mesma finalidade, com o mesmo sentimento de bem servir a coletividade não só do Estado como da nação.

O meu principal objetivo, sr. Presidente, srs. Deputados, ao ocupar esta tribuna é para fazer uma advertência ao sr. Moysés Lupion. Esta advertência que irei fazer será em consideração à sua digna família, aos homens do Partido Social Democrático e a todos aquêles que, até agora, apoiaram o atual Governador do Estado por motivos partidários. Assim sendo, advertimos o sr. Moysés Lupion para que pare com essas imoralidades, para que pare, para que deixe sem efeito essas 41.000 nomeações que fez em prejuizo do povo do Paraná que não poderá ter as obras que êle necessita em prejuizo também dos funcionários, os quais não podráo ter seus vencimentos aumentados. Essas nomeações sem critério, essas nomeações sem necessidade, essa orgia de nomeações terão que ser deixadas sem efeito. Não deverá S. Excia. fazer como fêz quando de seu primeiro Governo. Em três meses nomeou o que pôde e deixou uma das piores heranças ao Sr. Munhoz da Rocha, Governador eleito naquela ocasião. Esta vez S. Excia. está fazendo coisas piores. Deu títulos de terras para todos os seus apaniguados, todos os seus parentes, seus amigos e amigos de seus amigos. Fêz a maior vergonha que se teve notícia até hoje no Paraná, transformando hotéis em Departamentos de Terras, amanhecendo, êle mesmo, despachando requerimentos em prejuizo dos colonos, dos que trabalham na terra. Depois, o que aconteceu? Foi que os protegidos do governo, nos lugares de terras ricas onde já estavam os posseiros trabalhando e construindo a grandeza do Paraná, lá foram com jagun-

cos, com grileiros perturbar a vida daquela gente, muitos paranaenses e outros que vieram de outros Estados para ajudar o Paraná a fazer sua grandeza e seu engrandecimento. Moysés Lupion fez, em seu primeiro governo, o pior de todos os governos em todos os estados do país. Deixou uma herança e até hoje, quem sabe, o próprio governo do sr. Moysés Lupion sofre as consequências. Mas, não parou aí. Agora, em Ponta Grossa, no Distrito de Taiacoca, caboclos que residem nas terras com posses centenárias, que vêm de seus bisavós, estão vendo suas terras sendo medidas para serem entregues a homens que trabalharam para o candidato do sr. Moysés Lupion. Caboclos que só têm aquilo e que os governo que passaram não legalizaram as terras. Só têm as posses porque nenhum Governo lhes deu o direito a que fazem jus. Não só em Taiacoca, mas também em Três Bicos, está acontecendo a mesma coisa. Estão medindo terras para serem entregues a cabos eleitorais do candidato do sr. Moysés Lupion. Isto está acontecendo em todo o Paraná e se acontece em terras pobres como Taiacoca e Três Bicos, o que não acontecerá em terras do oeste, do sudoeste e do norte do Estado? Isto, o sr. Moysés Lupion terá que pagar, sob pena do povo, e de nós deputados, fazermos o que já pedi e não encontrei amparo do Legislativo. Teremos que aplicar o "impeachment" no Governo, se ele continuar nomeando e não deixar sem efeito estas nomeações demagógicas que estão prejudicando os abnegados funcionários que trabalham. Tenho certeza de que os srs. deputados me apoiarão para impedirmos que o sr. Moysés Lupion continue fazendo esta política que está desmoralizando o Estado do Paraná. Nós impediremos, tenho certeza, porque conheço nosso Presidente desta Casa há quasi quarenta anos, é um caboclo como eu, de Tibagi, um homem de bem e um político dos mais decente, um homem que, na Presidência desta Casa, provou suas qualidades de homem honesto. Se S. Excia. assumir o Governo tenho certeza de que impediremos o sr. Moysés Lupion de continuar o que está fazendo. É uma advertência, como já disse, à sua família, porque não é justo que seus familiares sofram os males que ele vem praticando contra o povo do Paraná, no Governo do Estado. Os chefes de família devem dar bons exemplos, e os bens praticados é que devem refletir em suas famílias, não os males que eles praticam e fazem ao Estado do Paraná. Também quero homenagear mais ainda aos homens do PSD e de outros partidos que acompanharam Moysés Lupion por motivos, como já disse, de fidelidade partidária, ou por motivos decentes; nós também queremos homenageá-los, porque eles merecem e desejam que o sr. Moysés Lupion não faça essa política de terra arrasada, que poderá levá-lo até à cadeia. E isso não queremos ao sr. Moysés Lupion, porque nós afirmamos nos comícios, e o nosso governador também afirmou, que iria Governar o Paraná sem ódios e sem rancores. Não queremos o mal de Moysés Lupion, mas não queremos também que ele faça mal ao povo paranaense, ao nosso Estado, pois se ele não parar com essas nomeações, se não parar com essa política de terras, e com toda essa imoralidade que já fez no Banco do Estado, em todos os setores, na Copel, o quo poderá restar para o Governador Ney Braga restaurar as finanças e a moralidade da vida pública do Paraná.

Por esse motivo, meus caros colegas, é que eu vim a esta tribuna dizer que, quero crer que o sr. Moysés Lupion não queira mais continuar a fazer tantas loucuras, tantas imoralidades, e, como disse, levar o sofrimento aos seus familiares. Ele é um insensível, é desumano, mas acredito que deva restar um pouquinho de amor à sua família e por esse motivo é que estou fazendo esta advertência, para que ele se não tiver corageb de parar com essa imoralidade que transmite o Governo ao nosso Presidente uataçara, porque ele, Guataçara, tenho certeza de que, irá para lá e ajudará também a moralizar o Governo, evitando que se afunde o nosso Estado, que não se possa, depois, num Governo só, salvá-lo.

O nosso Estado, com todas suas riquezas imensas, com seus valerosos homens, com toda sua grandiosidade, se fizermos um Governo honesto, de

trabalho, nós poderemos tê-lo numa posição privilegiada entre todos os demais estados da Federação, porque o nosso Estado é o mais rico da Federação. Se temos tantas riquezas para explorar e não as exploramos, é porquê não temos estradas, não temos energia elétrica, não temos escolas, enfim, não temos coisa nenhuma em benefício do povo, que reside no interior, na roça, na lavoura, que reside nas fazendas. Essa é uma advertência que gostaria que fosse enviada ao sr. Moysés Lupion, uma cópia dêste meu modesto discurso, para que ele lesse e pensasse um pouquinho, porque ele não pensa no Paraná, mas que ele pensasse na sua família, que ele dessa maneira não vá querer que aconteça com ele o que aconteceu com Adhemar de Barros em São Paulo, que teve de fugir do Estado, pelo mal que fez ao povo.

Nós estaremos aqui a tempo e, se for necessário, iremos à praça pública. Não iremos permitir que os funcionários do Estado sejam prejudicados. Não iremos permitir que o povo do Paraná seja mais uma vez espoliado, principalmente êsses colonos, êsses caboclos, que há tantos anos lutam na terra e que nada conseguem, porque o Governo não os ajuda.

Nós contamos também com os srs. Deputados para, caso seja necessário, impedirmos quo o Governo se afunde mais ainda, aplicarmos o "impeachment" e dessa forma ele se afastará do Governo e lá teremos nosso Presidente que, tenho certeza, irá imprimir na sua administração, como tem feito nesta Casa, como já fez quando esteve no exercício do Governo, uma política, uma administração de moralização e deixará sem efeito essas nomeações ilegais, e desnecessárias, que tanto vieram prejudicar o erário público, mas principalmente impedirá que, os funcionários que trabalham, que merecem e que devem ter um vencimento justo, sejam prejudicados. Nós queremos fazer com que os funcionários, como disse, possam ter uma melhor vida, possam se dedicar também, com vencimentos elevados, às suas funções dignas e relevantes.

Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo mais quem queira usar da palavra, passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 27 srs. Deputados.

Requerimento do sr. deputado Nilson Ribas. **Aprovado.**

Projetos dos srs. deputados Anibal Cury, Antônio Ruppel, Néo Martins e Mário Faraco. Necessitam de apoioamento. **Apoiados**, serão encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento do sr. deputado Agostinho Rodrigues. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado João Mansur. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, designando outra para amanhã, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Discussão única das Proposições ns. 22-60 e 81-60;

Votação em redação final dos Projetos de Lei ns. 334-59, 462-59;

Votação em 3.^a discussão dos Projetos de Lei ns. 18-60, 964-56, 792-59, 774-59, 63-60, 55-59, 257-60, 254-60, 455-60, 371-60;

Votação em 2.^a discussão dos Projetos de Lei ns. : 187-60, 215-60, 381-59, 677-59, 971-59, 154-60, 261-60;

1.^a discussão do Projeto de Lei n.º 574-60;

Discussão única do requerimento do sr. deputado Libânio Cardoso, solicitando 31 dias de licença para tratamento de saúde.

Levanta-se a sessão.